EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE INDAIATUBA - S.P.

FRIGORÍFICO ANGELELLI LTDA, empresa estabelecida na Rua João Pedro Corrêa, nº 1.111, Bairro Santa Terezinha, CEP 13.411-142, Piracicaba-SP, inscrita com o CNPJ sob o nº 44.802.528/0001-50, cujo endereço eletrônico é angelelli@angelelli.com.br, neste ato representada por seu sócio-gerente VITAL ANGELELLI, brasileiro, casado, portador do RG nº 8.432.082-5, e do CPF nº 341.317.368-53, domiciliado na Rua João Pedro Corrêa, nº 1.111, Bairro Santa Terezinha, CEP. 13.411-142, Piracicaba-SP, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de V. Exa., com base nos artigos 771 e seguintes, todos do Código de Processo Civil, e em todas as demais disposições aplicáveis, propor a presente **AÇÃO DE EXECUÇÃO**, fundada em títulos extrajudiciais, em face de **INDAIA SERVE SUPERMERCADOS EIRELI**, empresa inscrita no CNPJ nº 31.322.719/0001-72, estabelecida na Rua Tupinambás, nº 617, Box 2, Bairro Aqui se vive, CEP 13.335-520, Indaiatuba-SP, pelas razões de fato e de direito a seguir explicitadas :

DOS FATOS E DO DIREITO

O Exequente é credor da Executada da quantia de **R\$ 15.563,10** (quinze mil, quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos), já atualizada monetariamente até Julho/2.019, conforme demonstrativo de cálculos em anexo, dívida oriunda de venda de carnes, representada pelas 02 duplicatas mercantis abaixo descritas e anexas, pelas notas fiscais e de entrega das mercadorias anexas, e Instrumentos de Protesto anexos.

Relação dos títulos :

- 1) Duplicata nº 00595249/01, no valor de R\$ 12.451,39 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), emitida em 07/05/2.019, com vencimento em 10/05/2.019, protestada em 27/05/2.019, por falta de pagamento pelo 1º Tabelião de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Indaiatuba-SP. (docs. inclusos)
- 2) Duplicata nº 00595900/01, no valor de R\$ 2.921,87 (dois mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos), emitida em 09/05/2.019, com vencimento em 12/05/2.019, que foi paga parcialmente, e por isso o valor protestado em 27/05/2.019, por falta de pagamento pelo 1º Tabelião de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Indaiatuba-SP, foi de R\$ 2.782,18 (dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos). (docs. inclusos)

Cumpre informar que, por inúmeras vezes, procurou o Exequente de maneira amigável receber tal débito da Executada, mas todas as tentativas foram infrutíferas, não restando então outra via, a não ser o procedimento executivo judicial, para ver satisfeita a obrigação líquida, certa e exigível assumida por ela.

É princípio geral de direito que aquele que deve tem que pagar, sob pena de sofrer expropriação de seus bens, tantos quantos bastem para garantir a integral satisfação da dívida, certo que, se esta resulta de título executivo extrajudicial, tem o credor o imediato direito à execução, conforme art. 778, 784, I, 786, 789, 824 e 825, todos do C.P.C., e demais disposições legais aplicáveis.

DOS PEDIDOS

Isto posto, requer à V. Exa. :

A citação postal da Executada, através de carta registrada com AR, conforme determinam os artigos 246, I, e 247 do C.P.C., para no prazo improrrogável de 03 (três) dias pagar o principal no importe de **R\$ 15.563,10** (quinze mil, quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos), e também pagar as custas e despesas processuais, e honorários advocatícios, na forma do art. 827 e seguintes do C.P.C., acrescidos de todos os encargos legais, inclusive juros de mora e atualização monetária, incidentes até a data do efetivo pagamento.

Que sejam majorados os honorários advocatícios em 20%, na forma do art. 827, §2º, C.P.C., caso sejam rejeitados os Embargos à execução, ou caso não opostos Embargos, no final do procedimento executivo, levando-se em consideração o trabalho realizado por esta procuradora.

Que no caso de não pagamento da dívida e de seus acessórios, e não sendo garantida a execução com bens livres e desembaraçados, que efetivamente possuam liquidez e garantam integralmente a quitação do débito aqui executado, que V. Exa. determine a inclusão do nome da empresa Executada nos cadastros de inadimplentes, conforme § 3º do art. 782 do C.P.C.

A imposição de multa de 20% sobre o valor do débito, para quando se comprovar a prática pela Executada de qualquer ato atentatório à dignidade da Justiça, previsto no art. 774 do C.P.C., ou na hipótese dela litigar de má-fé, conforme art. 80 do C.P.C., que seja condenada em multa no valor de 09 % do valor da causa corrigido, e demais indenizações contidas no art. 81 e § do C.P.C.

Seja a Executada intimada para os ulteriores termos do processo, e ao final a procedência total da presente ação.

Os benefícios do art. 212 e § seguintes do C.P.C. para as diligências necessárias.

Por fim, requer o processamento da presente ação até a integral satisfação do crédito do Exequente.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, além dos documentos anexos, sem exclusão de nenhum meio probatório.

Dá-se a causa o valor de R\$ 15.563,10 (quinze mil, quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos).

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Indaiatuba, 06 de Agosto de 2.019.

Luciana Rocha Chil
OAB/SP 175.144

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS
JUROS E CORREÇÃO CALCULADOS ATÉ JULHO/2.019

Duplicata nº	Vencimento	Valor	Índice de Maio/19	Índice de Julho/19	Juros	Valor Atualizado 1
00595249/01	10/05/2.019	R\$ 12.451,39	71,476252	71,590624	02 %	R\$ 12.720,74

Duplicata nº	Vencimento	Valor	Índice de Maio/19	Índice de Julho/19	Juros	Valor Atualizado 2
00595900/01	12/05/2.019	R\$ 2.782,18	71,476252	71,590624	02 %	R\$ 2.842,36

TOTAL = R\$ 15.563,10